

A ESCRITA DA HISTÓRIA “ENTRE” A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE: ANALISANDO ALGUMAS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA OS ESTUDOS HISTÓRICOS

*LA ESCRITURA DE LA HISTORIA “ENTRE” LA MODERNIDAD Y LA
POSMODERNIDAD: ANÁLISIS DE ALGUNAS CONDICIONES DE POSIBILIDAD
PARA LOS ESTUDIOS HISTÓRICOS*

*THE WRITING OF HISTORY “BETWEEN” MODERNITY AND POSTMODERNITY:
ANALYZING SOME CONDITIONS OF POSSIBILITY FOR HISTORICAL STUDIES*

Jenerton Arlan Schütz¹

Universidade Católica de Brasília, Brasil

Fábio César Junges²

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Brasil

Sidinei Pithan da Silva³

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i8.731>

Aceito em: 20.07.2026

Resumo: Este texto aborda a problemática da produção da escrita da história a partir da relação modernidade e pós-modernidade, analisando algumas “condições de possibilidade” que temos para pensar os estudos históricos na contemporaneidade. O movimento se realiza à luz de referencial bibliográfico. O texto retoma a preocupação sobre os diferentes lugares de pensar a escrita da história na atualidade, evidenciando a emergência de alguns estudos que enfatizam as questões implicadas na escrita da história.

Palavras-chave: Conhecimento. História. Modernidade. Pós-Modernidade.

Resumen: Este texto aborda la problemática de la producción de la escritura de la historia a partir de la relación entre la modernidad y la posmodernidad, analizando algunas “condiciones de posibilidad” que tenemos para reflexionar sobre los estudios históricos en la contemporaneidad. El análisis se desarrolla a la luz de un marco bibliográfico. El texto retoma la preocupación por los distintos lugares desde los cuales se piensa la escritura de la historia en la actualidad, evidenciando la emergencia de estudios que enfatizan las cuestiones implicadas en dicha práctica.

- 1 Doutor em Educação nas Ciências (Unijuí). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). E-mail: jenerton.schutz@p.ucb.br
- 2 Doutor em Teologia (EST). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). E-mail: fabiocesarjunges@gmail.com
- 3 Doutor em Educação (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). E-mail: pithan@unijui.edu.br



Palabras clave: Conocimiento. Historia. Modernidad. Posmodernidad.

Abstract: This paper addresses the problem of the production of historical writing in light of the relationship between modernity and postmodernity, analyzing certain “conditions of possibility” for thinking about historical studies in contemporary times. The discussion is conducted based on a bibliographic framework. The text revisits the concern with the various frameworks for reflecting on the writing of history today, highlighting the emergence of studies that emphasize the issues involved in the practice of historical writing.

Keywords: Knowledge. History. Modernity. Postmodernity.

Introdução

Este artigo aborda a problemática da produção da escrita da história a partir da relação modernidade/pós-modernidade, analisando algumas “condições de possibilidade” que temos para pensar os estudos históricos na contemporaneidade. O estudo retoma a preocupação sobre os diferentes lugares de pensar a escrita da história na atualidade, evidenciando a emergência de alguns estudos que enfatizam as questões implicadas na escrita da história.

Num primeiro momento, desenhemos a emergência do paradigma moderno de conhecimento, explicando o significado do mesmo para pensar o conhecimento. Também evidenciamos as características da modernidade, as quais fiam suas formas de representação verdadeiras nas Ciências Naturais, tendo com elas, as formas nascentes de relação com o mundo natural. O paradigma moderno de conhecimento, de certa forma, se fez presente na emergência do conceito de História da modernidade, bem como na forma de pensar a sua escrita. Ele entra em crise com a emergência do paradigma pós-moderno, o qual entende que a subjetividade moderna precisa ser descentrada e, sobretudo, dissolvida, uma vez que sua noção de verdade, não é senão sua própria autorrepresentação. Este elemento significa um novo momento na relação com o conhecimento, que passa a se orientar não mais pela busca de categorias profundas de pensamento, mas passa a se orientar pela noção de narrativa. Em outros termos, a relação com o real não é mais possível em termos de apreensão de sua lógica, mas passa ser sempre algo em torno de um sentido ou significado linguístico, sem nenhuma garantia de verdade.

Num segundo momento, a partir de um recorte específico nos estudos historiográficos, evidenciamos a emergência de uma pluralidade de aspectos que desafiam a historiografia contemporânea, apontando questões de ordem socioeconômica, bem como de caráter político, cultural e epistemológico. Partimos da leitura de um estudo desenvolvido por Iggers (2010), que situa os desafios da historiografia no século XXI, marcados pela crise do marxismo (e da modernidade) e o advento da pós-modernidade (os estudos culturais).

Num terceiro momento apontamos, dentre estes aspectos, a problemática da questão epistemológica e hermenêutica, a qual implica discutir a relação entre sujeito e objeto na questão

da construção do conhecimento histórico. O enfoque hermenêutico, como assinalam os estudos de Loriga (2012), seria uma forma distinta para pensar a objetividade e a subjetividade em história. Esta relação permite superar tanto as abordagens modernas quanto pós-modernas, no que diz respeito ao problema do subjetivismo radical, ou mesmo do objetivismo puro.

Dito de outra forma, podemos pensar que tanto as maneiras de pensar mediadas por categorias de uma subjetividade isolada e separada do mundo externo (transcendental) que cria a história no pensamento (modernidade), quanto formas de pensar que dissolvem a subjetividade nas narrativas dos tempos presentes (pós-modernidade), impossibilitando de pensar e escrever a história podem ser questionadas pela hermenêutica de Ricoeur. Outrossim, as formas antigas (aristotélicas), que se tornaram características que imaginavam pensar sem sujeito (objetivismo puro), também são questionadas. Emerge assim, a ideia de uma subjetividade temporalizada, que interpreta o tempo passado, a partir da relação de um eu, que sem deixar de viver num tempo, volta ao passado e, o reelabora no pensamento, pelo trabalho da imaginação. De outra parte, emerge a ideia de que não existe uma objetividade, mas muitas objetividades, conforme os muitos eus, ou as muitas interpretações que se voltam ao passado tentando explicá-lo ou mesmo compreendê-lo.

Enfim, levantamos ao longo do texto questões de ordem epistemológica e ontológica, tentando evidenciar as premissas do paradigma moderno e pós-moderno na escrita da historiografia contemporânea. Ademais, evidencia-se como o movimento do debate entre modernidade e pós-modernidade tem se desdobrado no interior da historiografia contemporânea, em parte dando a ela novo sentido e, em parte gerando nela uma perda de referências e, mesmo de crise de sentido. Este movimento interpretativo pode nos ajudar a perceber as potencialidades advindas dos referenciais pós-modernos bem como seus limites. Isso significa uma retomada da escrita historiográfica por outros meios e pressupostos, que não são propriamente modernos, mas que estão no processo de reconstrução da modernidade na interface do desafio lançado pela pós-modernidade. Isso parece corroborar a ideia de que a escrita da história social e cultural está entre a arte e a ciência, ou mesmo entre o imaginário e a razão.

Um breve esboço do paradigma moderno e pós-moderno

A natureza teórica do conhecimento decorre, na modernidade, de pressupostos epistemológicos e metodológicos. O mundo, para esta concepção emergente, é uma grande máquina, semelhante a um relógio, e Deus é um grande relojoeiro. Há causas que explicam o acontecimento dos fenômenos da natureza e, estas causas são naturais e não divinas. Conhecer implica em conhecer a “causa da essência, da existência e das ações de um ser” (CHAUI, 1996, p. 73). A partir de um método correto e das forças da razão os homens podem conhecê-las (SILVA, 2005). A realidade é considerada simples, ordenada, observável. O tempo é linear, cumulativo, progressivo. O espaço é linear. A modernidade filosófica e científica credita suas forças não só

na subjetividade⁴, na individualidade humana, na representação⁵, mas também no método⁶, que pode compreender e explicar os mistérios da natureza – que se assemelham às da lógica das máquinas (SILVA, 2005; SENNETT, 2006). René Descartes (1596-1650), fundador do racionalismo moderno, “acreditava na soberania da razão. Sua concepção de mundo é racionalista / mecanicista, sendo a razão capaz de desvendar os segredos e leis dessa máquina” (GOERGEN, 2001, p. 12). A erosão da tradição clássica, Greco-medieval, e sua incapacidade de produzir as respostas requeridas para os tempos modernos, leva Descartes (na esteira dos feitos de Copérnico e Galileu) a repensar a tradição, ou mesmo de tentar romper com ela. Para tanto, ele precisa pensar num novo caminho, num novo método - o da dúvida metódica - a qual duvida de tudo que é exterior, para se fiar na força da interioridade.

Além disso, o nascimento da moderna ideia de História não apenas coincidiu como foi poderosamente estimulado pela dúvida da época moderna acerca da realidade de um mundo exterior dado objetivamente à percepção humana como um objeto imutado e imutável. Em nosso contexto, a consequência mais importante dessa dúvida foi a ênfase na sensação como mais real que o objeto sentido e, de qualquer modo, o único fundamento seguro da experiência. [...] A experiência fundamental subjacente à dúvida cartesiana foi a descoberta de que a terra, contrariamente à toda experiência sensível direta, gira em torno do sol [...] daí em diante, certas da infidedignidade da sensação e da resultante insuficiência da mera observação, as Ciências Naturais voltaram-se em direção ao experimento, que interferindo diretamente com a natureza, assegurou o desenvolvimento cujo progresso desde então pareceu ser limitado. [...] De consequências muito mais imediatas para nosso conceito de História foi a versão positiva de subjetivismo que emergiu do mesmo transe: não obstante o homem pareça incapaz de reconhecer o mundo dado que ele não fez, deve, contudo, ser capaz de conhecer ao menos o que ele fez (ARENDT, 2002, p. 83-88).

Neste contexto a ciência é eleita como forma primeira e fundamental de conhecimento da realidade, tornando-se a filosofia, que agora se transforma em Epistemologia, emergindo como teoria do conhecimento científico. Instaure-se assim, com a Epistemologia, o tribunal da razão, ou o lugar capaz de certificar e definir o verdadeiro e o ilusório. A reflexão sobre os fundamentos, a validade e os limites do conhecimento científico transformam-se, portanto, num

4 “Na medida em que o pensamento é estabelecido na sua completa autonomia, o sujeito de conhecimento se constitui também fora da relação imediata de conhecimento pois é preciso que se afirme *primeiramente* o sujeito, para que então possam aparecer para ele objetos, o elenco daquilo que ele pode saber, a partir de si mesmo, acerca daquilo que não é ele mesmo” (SILVA, 2005, p. 11).

5 “Sendo o intelecto, de agora em diante, o único princípio de conhecimento, a realidade sensível do mundo material terá de ser de alguma forma demonstrada no nível do intelecto, da ideia, para que possa vir a ter que possuir algum valor. O mundo material não está irremediavelmente condenado a desaparecer, mas a realidade que lhe é própria não provém, *enquanto verdade*, da percepção dos sentidos, mas sim da demonstração intelectual que as coisas que percebemos existem verdadeiramente” (SILVA, 2005, p. 11).

6 “Este lugar de destaque que o método ocupa no pensamento moderno evidencia-se no fato de ter sido ele o tema da obra de Descartes que pode ser considerada o “catecismo” da modernidade: “O Discurso do Método”. O método terá para Descartes a função de estabelecer a certeza subjetiva como critério de verdade e garantia de conhecimento. Figueiredo (1995) lembra-nos que a “certeza” deixa de ser, desde então, apenas critério epistemológico, constituindo-se em critério ontológico, o que significa dizer que algo “é” à medida que possa ser representado objetivamente” (FENSTERSEIFER, 2001, p. 57).

dos ramos essenciais da filosofia a partir do século XVII (SANTOS, 2000). Diferentemente da metafísica cristã, que pretendia estudar os mistérios do mundo a partir do conhecimento de Deus, a Epistemologia volta-se para o estudo das “condições de possibilidade” que a subjetividade humana tem de conhecer o mundo. O conhecimento assume o posto de Representação do real, ou seja, representação das causas que explicam os fenômenos reais, mas este se dá sob forma das *ideias* dos corpos reais na subjetividade de um sujeito pensante. A subjetividade, para os filósofos modernos (de Descartes até Kant), não é afetada pela forma dos corpos reais, mas sim pelas ideias deles (CHAUÍ, 1996).

Isso significa que há, no momento áureo do iluminismo, uma elevação da subjetividade como categoria ontológica, ou seja, como fundamento capaz de assegurar a verdade sobre o mundo⁷. A verdade não é mais revelação transcendente que só chega a espíritos iluminados, mas é, antes, construção da - consciência humana – a verdade é, pois, transcendental. Esta é objeto de estudo fundamental, e a compreensão de suas leis assegura a possibilidade de uma construção correta e coerente da realidade. O objetivo é a certeza, a busca das leis gerais, das regularidades que constituem a “essência” da consciência humana.

Kant, procurando desenvolver e completar a perspectiva da filosofia do sujeito iniciada por Descartes, faz duas distinções em sua doutrina: a primeira, entre transcendente e transcendental, e a segunda, entre conhecer e pensar. Segundo Kant, transcendente é o que acontece com as doutrinas metafísicas tradicionais, que pretendem transcender os limites da experiência possível. Assim, o que é transcendental no sentido kantiano é diferente do que é transcendente. Transcendental é a investigação que se ocupa não dos objetos propriamente, mas das condições e da possibilidade de conhecê-los. “O problema do Conhecimento, o como conhecer, premissa da Filosofia, se propõe de forma patente com o progresso da Ciência e as perspectivas que esse progresso abria” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 70). Para Kant (1980, p. 75) o problema do conhecimento deve ser pensado de forma a percebermos que, “nada temos a ver com a natureza ou, em geral, com objetos dados, mas tão somente com conceitos, que só tem sua origem em nossa razão”. De outra forma, isso significa que o mundo, ou a natureza, ou a experiência, são constituídos por nossas representações e, o objeto, que devemos nos ocupar, antes de ir às “coisas mesmas” são nossas representações. A subjetividade, antes de constituir-se como apenas um critério lógico, como era, na filosofia clássica e medieval, assume, nesta prerrogativa, estatuto ontológico.

Enquanto a modernidade parece ter privilegiado o culto “à razão, ao positivismo, ao tecnocentrismo”, aos paradigmas monológicos e às visões universalizantes do mundo e da cultura, a pós-modernidade, pelo contrário, parece ter optado pelo “culto da diferença, da heterogeneidade, da indeterminação e da fragmentação” (HARVEY, 2000, p. 20). Estas formas parecem ser as formas de liberar o discurso cultural da camisa de força, ou da “janela de ferro”

7 “Desde então a filosofia procura legitimar-se (defensivamente) perante a ciência e, com Kant, a distinção entre a filosofia e a ciência (e, portanto, a epistemologia) passa a ter um lugar mais central do que nunca na reflexão filosófica” (SANTOS, 2000, p. 22).

da racionalidade moderna. A preferência pelo estudo do caráter micro ao invés do macro, da superfície ao invés da profundidade, do particular ao invés do universal, da descontinuidade ao invés da continuidade, assinalam condições emergentes na teorização pós-moderna. Se a episteme moderna lutou contra os mitos da metafísica medieval, para afirmar a força da razão, instaurando sobre si a possibilidade da crítica permanente, a episteme pós-moderna luta com todas as forças contra os mitos da ciência, instaurando a possibilidade de desmistificação da razão.

Nietzsche e Heidegger, emergem como as fontes para pensar diferencialmente a história. A perspectiva genealógica de Nietzsche é considerada como forma de pensar a história pela lógica da busca das origens, o que se apresenta a Foucault como uma possibilidade de pensar a história como lacunar e como que ligada a representação. Esta tematização confere uma forma especial ao debate na teoria histórica e literária francesa na década de 70 (ROIZ, 2010). Nietzsche⁸, de forma muito diferente a de Marx, Freud e Weber, sendo talvez o pensador que conferiu uma abertura para a pós-modernidade, também, num impulso radical e demolidor, relativiza a absolutidade dos valores, contribuindo para quebrar a “solidez dos cristais da metafísica moderna”. Desse pensamento emergem alguns pressupostos para pensar num possível “fim da modernidade”, isto é, “fim” de toda pretensão de alcançar uma “unidade” ou “totalidade” do real a partir de uma única meta-narrativa, inaugurando assim, a pós-modernidade. A “dissolução” da “filosofia da história” ou filosofia humanizatória de Hegel e Marx, bem como de todas as interpretações “marxistas e marxianas” decorrentes, que aspiram à totalidade do real, acreditando numa perspectiva onto-teleológica, teleguiada, ou seja, alimentada pelas “leis da história” são consideradas altamente totalitárias por esse pensamento. Predominam nestas versões da história, enfoques desconstrucionistas, conforme Amed (2010).

Na mesma direção, Munslow (2009, p. 41) é um destes historiadores que compreendem que:

Os historiadores do desconstrucionismo ou da virada lingüística, como outros atentos ao caráter indeterminado da sociedade posmoderna e à natureza autorreferencial da representação, são conscientes de que a narrativa da história escrita é uma *re-presentação* do conteúdo histórico. Essa consciência emergiu nos últimos vinte e cinco anos do século XX, estimulando todos os historiadores a pensar autoconscientemente sobre como usamos a linguagem – a sermos particularmente conscientes do caráter figurativo de nossa própria narrativa como um meio através do qual relatamos o passado e escrevemos a história.

8 “Ora, a reviravolta fundamental, na crítica à modernidade, vai ocorrer precisamente no pensamento de Nietzsche, no qual a crítica da razão moderna vai significar a crítica razão enquanto tal. O pensamento de Nietzsche vai transformar-se no horizonte fundante de todos os diferentes matizes da crítica à razão que experimentamos nos dias de hoje. Há aqui um deslocamento do eixo do sentido da crítica à razão enquanto tal: em vez de uma crítica que pretende recuperar todo o sentido das intuições de base da razão moderna contra o reducionismo de sua efetivação histórica, emerge uma crítica dirigida contra a razão; portanto, não uma crítica que tente erradicar os males da modernidade a partir de seus valores fundamentais, mas uma crítica a esses valores mesmos, o que desemboca, em última instância, numa rejeição da modernidade enquanto tal, entendida como perda de sentido, esvaziamento, esterilização dos valores fundamentais da existência pela racionalidade” (OLIVEIRA, 2002, p. 71).

Isso significa explorar ainda mais a idéia de que nossa linguagem opaca constitui e representa a realidade ao invés de a ela corresponder transparentemente; de que não há uma verdade histórica fundamental possível de ser conhecida; de que nosso conhecimento do passado é social e fruto de uma determinada perspectiva e de que a escrita histórica existe a partir de estruturas de poder culturalmente determinadas.

Outro questionamento de Amed refere-se à noção de diferença implicada na perspectiva pós-estruturalista. Segundo ele, o campo da história é um campo propício ao exame das diferenças. “Mas quando se entende que somente determinadas diferenças parecem ser os melhores objetos, acreditamos que essa possibilidade seja tolhida em suas perspectivas de desenvolvimento” (AMED, 2010). Ele cita Eagleton, o qual faz sérias restrições a esta noção.

Libertários pessimistas ou envergonhados como Jacques Derrida e Michel Foucault vêem que as normas são inevitáveis, basta que se abra a boca. A palavra “escuna” – que, como o leitor saberá, significa embarcação de dois mastros na qual as velas principais são latinas e que geralmente dispõe de vergas apenas no mastro de vante – soa bastante precisa, mas tem que se esticar para abranger todo tipo geral, cada uma com suas peculiaridades. A linguagem achata e nivela as coisas. É normativa do princípio ao fim. Dizer “folha” implica que dois pedaços incomparavelmente diferentes de matéria vegetal sejam uma e a mesma coisa. Dizer “aqui” homogeneíza toda uma rica diversidade de lugares distintos. Pensadores como Foucault e Derrida irritam-se com essas equivalências, mesmo quando as aceitam como inevitáveis. Gostariam de um mundo inteiramente feito de diferenças. Na verdade, assim como Nietzsche, seu grande mentor, pensam que o mundo é inteiramente feito de diferenças, mas que temos de forjar identidades se quisermos sobreviver. É verdade que, num mundo de puras diferenças, ninguém seria capaz de dizer qualquer coisa de inteligível – e não poderiam existir poesia, sinais de trânsito, cartas de amor ou folhas de registro, bem como nenhuma afirmação de que tudo é peculiarmente diferente de tudo o mais (EAGLETON 2005, p. 29-30).

Para Stein (1991, p. 21), defensor da ideia de pós-modernidade filosófica, “o fim da modernidade é o momento em que não foi mais possível, através de um único sistema filosófico, dar explicações que tenham eficácia em todos os domínios do saber humano: em nível cognitivo, em nível de conhecimento, em nível prático, em nível moral e também em nível subjetivo, em nível artístico etc”. Segundo ele, “no momento em que perdemos esta unidade de um sistema⁹, ou a possibilidade de haver um sistema filosófico que explique as diversas regiões fundamentais do saber e do convívio humano, neste momento chegamos ao fim da modernidade”. Abaixo apresentamos um Quadro acerca das categorias e suas relações com o Paradigma Moderno e Pós-Moderno.

9 “Porque a modernidade se caracteriza justamente através da ideia de razão em que, de certo modo, o problema da unidade foi encontrado a partir de um princípio determinado. Mas é uma unidade que nasce da ideia de razão. Sistema já quer dizer de alguma maneira razão. Portanto, o fim da modernidade apresenta-se como o fim dos grandes sistemas filosóficos. O que por outro lado também significa que o fim da modernidade termina se apresentando aí onde não se afirmam propriamente mais sistemas metafísicos” (STEIN, 1991, p. 21).

Quadro 1: Categorias à luz do Paradigma Moderno e Pós-Moderno

Categorias	Paradigma Moderno	Paradigma Pós-moderno
Homem	Humanismo Secular	Crise do Humanismo
Mundo	Máquina/Mecânica/ Macrofísica /Ordem	Mistério/Poético/Microfísica/ Desordem
Sociedade	Dinâmica/Industrial/Fábrica/Trabalho	Hiperdinâmica/Pós-industrial/ Informática/Informação
Conhecimento	Construção do Sujeito – Verdade – Profundo – Necessidade	Desconstrução – Discurso – Superficial - Utilitário – Vontade de Poder
Economia	Capitalismo Nacional – Liberalismo	Capitalismo Transnacional - Neoliberalismo
Razão	Epistemologia – Objetividade – Unidade – Pensamento	Crise da Razão – Linguagem – Pluralidade – Ação
Política	Indivíduo – Autonomia – Emancipação – Leis	Alteridade – Diferença – Pluralidade - Escolhas
Ética	Sujeito – Individualismo	Outro/Alteridade
Poder	Natural – Verticalidade - Universal	Cultural – Rede Capilar – Local
Ontologia	Ideia/Homem/Teoria/Sistema/Certeza	Linguagem/Cultura/Narrativa/ Incerteza
Universo	Infinito / Profano	Finito/Profano
Trabalho	Assalariado – Produtor	Assalariado - Consumidor
Ser	Transitório/Homem/Consciência/Essência	Efêmero/Vida/Linguagem/ Aparência
Tempo/Filosofia da História	Progressivo/Início com o Homem/Ciências Naturais	Descontínuo/Crise da Filosofia da História e das Ciências Naturais
Filósofos	Descartes/Locke/Kant	Nietzsche, Heidegger, Foucault, Deleuze, Vattimo, Derrida, Lyotard
Verdade	Construção/Racionalismo/Idealismo/Subjetivismo/ Transcendental/Lógica/Ética	Convenção/Pragmatismo/Pós-Estruturalismo/Nilismo/Ironia/ Estética
Método	Fragmentação Lógica/Cientificismo/Regra	Fragmentação/Perspectivismo/ Jogo de Linguagem
Educação	Utilitária/Presente/Princípios Universais	Utilitária/Presente/Escolhas Individuais
Conteúdos	Conhecimento - Ciências Naturais e Humanas – (Universal)	Valores – Atitudes – (Local/ Contingente)
Educando	Ativo – Aprender – Construtivismo Piagetiano (estruturalismo) – estruturas mentais	Ativo – Aprender a Aprender – Reaprender a aprender (pós-estruturalismo) - Interpretar
Ensino	Educando – sujeito unificado – consciência - autonomia	Educando – sujeito múltiplo – corpo – diferença
Legitimação	Razão/Transcendental/Natureza – Construção do Sujeito	Crise da ideia de Legitimação – Desconstrução
Finalidade	Universal/Produtiva/Estado – Nação	Local/Globalização do Mercado/ Estado Transnacional

Fonte: Autoria Própria (2025).

Ademais, doravante buscaremos entender como estas posições afetaram a historiografia contemporânea.

Desafios do século XXI à historiografia: a crise do marxismo e os desafios da história social

De acordo com Iggers (2010), os desafios do século XXI à historiografia se referem a problemas de várias ordens (cultural/teórica/política). Estes problemas, segundo ele, têm se acumulado desde a segunda metade do século XX. Iggers (2010) identifica, sobretudo, dentre um destes problemas capitais da historiografia, a crise do marxismo, advinda com a ruína do socialismo existente e a emergência de uma pluralidade de estudos que evocam questões novas. Dentre eles, aponta os estudos culturais, os estudos de gênero, os estudos ambientais, os estudos pós-modernos, os estudos de uma história universal, os quais assumem relevância dentro do panorama social e cultural (da globalização e dos nacionalismos). O autor destaca ainda, a emergência dos estudos vinculados à virada linguística, os quais estão ligados aos estudos pós-modernos e aos estudos culturais e de gênero. Seu enfoque irá problematizar esta pluralidade de estudos que emergem com a virada para a pós-modernidade, enfatizando uma possibilidade de lidar com ela.

Na leitura de Iggers (2010), uma nova compreensão da relação entre História e Ciência Social é descrita neste contexto. A emergência de busca de significados e de uma ciência interpretativa da cultura e não de leis invariáveis torna-se a tônica descrita pelo autor no auge dos anos 90. Aspecto que, segundo ele, já havia começado tempos anteriores: “Como notou Lawrence Stone em 1979, a crença central de uma historiografia baseada nas ciências sociais em uma “coerente explicação científica das mudanças no passado” foi seguidamente criticada” (Iggers, 2010, p. 118).

Chegamos, então, aos desenvolvimentos mais importantes na historiografia, provenientes do confronto com estas condições modificadas. Após o fim da Guerra Fria, podemos estabelecer cinco tendências ou referências: 1) o duradouro giro linguístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização (IGGERS, 2010, p. 109).

O autor evidencia a crise desencadeada com o giro cultural e linguístico no âmbito da historiografia desencadeada pelo movimento pós-moderno, mostrando que as análises históricas se deslocam da macro história para a micro história. Os fatores econômicos, sociais e quantitativos passam a ser questionados enquanto elementos implicados na produção da representação historiográfica e emergem então questões ligadas à cultura e a linguagem na construção dos

conceitos da realidade em constante mutação. O autor considera que esta guinada foi, para a pesquisa histórica, ao mesmo tempo, útil e danosa.

Novas abordagens despediam-se de uma análise macrossocial anônima e de um processo macrohistórico rumo a uma atenção sobre diferentes aspectos macrohistóricos extraídos da vida cotidiana de homens normais. Pela primeira vez, a mulher e as relações de gênero tiveram um papel relevante. Também as classes inferiores não receberam atenção somente como objeto de opressão econômica e social, mas também como objeto de opressão cultural (IGGERS, 2010, p. 109).

O autor considera que a virada minou a própria possibilidade da pesquisa histórica, implicando uma condição às ciências sociais que seria vã a reconstrução do passado, porque não há um passado verdadeiro.

Mas formas radicais de culturalismo minaram de maneira significativa a própria possibilidade da pesquisa histórica: não somente através do desprezo do contexto político e social da cultura verificado em muitas investigações de orientação cultural, mas também em sua crítica às abordagens socioeconômicas, nas quais estas pesquisas viam, com Foucault, instrumentos de poder para a manutenção da hegemonia social. A rejeição às ciências sociais carregou em seu escopo a afirmação de que seria vã toda tentativa de reconstruir o passado, porquanto não há um passado verdadeiro. Toda representação histórica é, como Hayden White exprimiu, um produto da imaginação poética (IGGERS, 2010, p. 110).

Nessa direção, Iggers aponta o surgimento dos estudos de gênero na década de 90. Segundo ele, “os anos 1990 vivenciaram uma ampliação da história social, na qual as temáticas da mulher e do gênero adquiriram atenção muito maior” (IGGERS, 2010, p. 112). Em sua leitura do contexto, atenção ainda maior foi atribuída às condições de vida das mulheres além das fronteiras nacionais, aí incluindo sociedades de passado colonial. Ademais,

[...] este interesse pela história das mulheres e de gênero se distancia da teoria marxista da história apesar de seguir parcialmente, mesmo que na maioria das vezes não o admita, a ideologia marxista. O determinismo econômico da teoria marxista é criticado – ainda que somente de maneira parcial. A historiografia feminista persegue quase sempre objetivos políticos. Ela aponta para o fato de como as mulheres, desde o princípio dos tempos, foram oprimidas em todas as áreas da vida pelos homens e como esta opressão e exploração, sob o capitalismo, tornaram-se ainda mais intensas. Uma grande parcela das primeiras feministas chegou mesmo a reconhecer o significado da classe, mas exigiam uma nova compreensão deste conceito para que fosse possível apreender a exploração e opressão capitalistas no campo específico do gênero (IGGERS, 2010, p. 112).

Além dos estudos de gênero, merecem destaque na historiografia contemporânea, conforme Iggers (2010), os estudos vinculados à história universal. Eles apontam o desenvolvimento do capitalismo como um elemento central para o entendimento da sociedade moderna e logo para

entender a relação entre os países. Neste aspecto, a crise do marxismo, no adentrar da década de 1990, representa a emergência de uma nova forma de teorizar, que embora não siga os princípios das teorias explicativas marxistas, continua dando ênfase à interpretação de uma história global. Neste sentido, temos que a história social contemporânea, confere valor aos estudos culturais e, de certa forma, conserva elementos categoriais importantes das teorias marxistas clássicas da década de 1970 e 1980. Conforme as palavras de Iggers (2010, p. 115):

Nos anos 1980 e, acima de tudo, após 1990, a história universal tomou duas direções. Uma delas foi fundada antes, nos anos 1970 e 1980, por cientistas sociais como André Gunder Frank, Eric Wolf e Immanuel Wallerstein, todos eles representantes da Teoria da Dependência e interessados nos efeitos do capitalismo ocidental moderno no resto do mundo. Assim como os teóricos da modernização, eles tomavam o desenvolvimento da economia capitalista e de um mercado mundial desde o século XVI como um elemento central para o entendimento da sociedade mundial moderna; mas eles também acreditavam que o crescimento capitalista se baseou na exploração do trabalho barato de países menos desenvolvidos e que este processo evitou que a população de tais países se libertasse da pobreza e da miséria. Segundo sua perspectiva, tanto o racismo como a opressão das mulheres se enraizavam na exploração econômica. Depois de 1990, as teorias explicativas do sistema mundial de fundamentação marxista saíram de moda como as teorias antimarxistas de modernização; todavia, ambas sobreviveram, ainda que de maneiras distintas, conforme veremos em seu enfrentamento com a história global.

As perspectivas globais/universais emergentes com a perspectiva da História Social parecem integrar os temas de gênero, classe, etnia e cultura.

[...] Igualmente determinante para a história global e universal é a sua conexão com aspectos históricos sociais e culturais; ambos se ocupam frequentemente com ambos os problemas mencionados da opressão social, no qual se dá especial atenção às relações de gênero, assim como aos conflitos de cunhos classista e étnico. Da mesma maneira, amiúde vem à tona a história da escravidão (IGGERS, 2010, p. 117).

Na interface de novas condições sociais contemporâneas, o autor aponta a importância de um retorno às questões de método nas ciências sociais, as quais foram secundarizadas em função da emergência da virada cultural. E, neste aspecto, flerta com a História Social, mais do que com os Estudos Culturais. Aspecto, que não inviabiliza um necessário movimento de tentativa de aproximar o paradigma clássico da história com o paradigma culturalista contemporâneo.

Neste caso, recomenda-se prestar mais atenção à questão da necessidade de métodos das ciências sociais que, relegados a segundo plano pelo giro linguístico nos anos 1970 e 1980, permanecem ainda insubstituíveis como ferramenta para uma análise realista de aspectos globais e especificidades locais do mundo em que vivemos. O giro linguístico e cultural dos anos 1970 e 1980 refinou a consciência para a complexidade da existência moderna e de seus inúmeros contextos históricos. Entretanto, o giro linguístico e cultural frequentemente

criticou o rigor lógico exigido em uma investigação das esferas sociais e culturais, o que, por seu turno, demanda um retorno às ciências sociais. [...] Trata-se agora de desenvolver abordagens que superem o hiato entre as ciências sociais tradicionais e o culturalismo. Nos últimos anos, esta carência foi mais amplamente reconhecida, mas ainda não há qualquer idéia clara como deva ser uma ciência social integrada que venha a superar este hiato – sobretudo porque uma tal ciência talvez nem chegue mesmo a existir um dia, pois a natureza da pesquisa das ciências sociais e culturais exclui um paradigma tal como Thomas Kuhn o propôs para a física e suas ciências aplicadas (IGGERS, 2010, p. 123).

O desafio historiográfico, neste caso, não seria o de assumir o giro linguístico, ou mesmo a virada pós-moderna, e rejeitar o paradigma das ciências sociais, ou mesmo as perspectivas modernas de conhecimento. Na leitura de Iggers (2010, p. 122), “um pluralismo das estratégias de pesquisa pode ser muito frutífero”. No entanto, como adverte o autor, “estas estratégias não são criadas por uma imaginação poética, como alguns pós-modernistas ainda gostariam de afirmar”. Estas estratégias deveriam ser conduzidas, antes, por padrões de investigação racional, e se submeterem à comprovação de sua validade (IGGERS, 2010, p. 122). Portanto, na leitura de Iggers (2010), percebemos uma posição epistemológica favorável à perspectiva moderna e racional de conhecimento, muito ligada à história social e sua ressignificação, a qual não desconsidera o lugar do imaginário, da linguagem e da cultura, mas os subordina, à razão, ao pensamento e à sociedade em sua totalidade. Posição que, como veremos, é um tanto diferente, do estudo de Loriga que apontaremos a seguir, a qual debatendo a emergência do problema do lugar do historiador na história dará ênfase a uma posição conceitual diferente.

Em perspectiva semelhante à de Iggers, quanto à emergência da pós-modernidade e o lugar das ciências sociais, situa-se o trabalho de Welskopp (2011), o qual escreve sobre Limites e Perspectivas da Ciência Social Histórica. O texto trata dos limites e perspectivas da ciência social histórica dentro do debate historiográfico contemporâneo. O autor aponta as diferentes correntes historiográficas alemãs e suas críticas à história social. O autor embora aceite parte das críticas dos estudos culturais, considera-as também limitadas. “Do ponto de vista dos princípios, não é possível diferenciar uma história cultural que queira abordar seriamente a *práxis* social de uma história da socialização que consiga integrar interpretações culturais” (WELSKOPP, 2011, p. 18). De outra parte, considera o momento oportuno para repensar o papel da história social e suas próprias condições de possibilidade. Não obstante, “[...] o argumento sobre a falsa redução da realidade operada pela história social ainda possui certa validade, o que deveria servir de impulso para a autorreflexão” (WELSKOPP, 2011, p. 20). Este movimento leva o autor a considerar as críticas das abordagens das correntes historiográficas, sem, contudo, negar o próprio arsenal e a potencialidade de uma ciência histórica da sociedade.

Pois, naturalmente, por detrás da *virada linguística* e do desafio lançado pela história cultural, assim como por detrás de qualquer abordagem histórica, encontram-se remissões a valores (*Wertbezüge*), carências provenientes da realidade e intenções de uso político. Há um bom tempo, a *ciência social histórica* priva-se tal discussão e deve agora correr atrás do prejuízo. Quem discordará de

que pode ser legítimo o interesse por identidades coletivas, pela a investigação da *memória* em vez da *história*, pelas histórias particulares dos sem nome e dos perdedores? Mas a legitimidade de tais abordagens não implica automaticamente na ilegitimidade dos objetivos das concorrentes, por exemplo, do diagnóstico social crítico inspirado pela tradição do iluminismo. É necessário redeterminar o posicionamento (inclusive, o político) da *ciência histórica da sociedade* (MERGEL 1996, p. 77; cf. KASCHUBA 1993). Caso isso seja atingido, então não será difícil recorrer, de forma natural, criativa e corajosa, a macroconceitos evolutivos de sociedade, os quais disponibilizam ao presente um saber relevante e capaz de servir como orientação. Não se deve temer que disso resulte um jogo de miçangas sócio-teórico, uma vez que tais conceitos têm de se mostrar eficazes para a interpretação de fenômenos históricos concretos. O interesse de uma *ciência histórica da sociedade* não pode residir no espelhamento da identidade histórica, na reconstrução caleidoscópica da diversidade histórica por si mesma ou no abrandamento epistemológico da sua pretensão científica universal. Antes de mais nada, permanece sendo do seu interesse explicar conjunturas sociais e processos de desenvolvimento que sejam relevantes para o presente, e ela deve defender de maneira enérgica esse ponto de vista programático. Nesse contexto, aliás, a atual segunda geração da história social vê-se diante de uma grande necessidade de demarcar claramente a sua posição, o que não era o caso da *geração dos pais fundadores* dessa abordagem (WELSKOPP, 2011, p. 22).

O movimento interpretativo de Welskopp (2011), leva a uma síntese fecunda entre elementos emergentes na tematização da história a partir da micro-história, da história cultural e, da história do cotidiano. Esta síntese não é um amálgama de posições justapostas, mas propriamente uma própria reconfiguração da ciência social histórica, que sem deixar de lidar com as estruturas, e sem deixar de lidar com a sociedade, precisa incorporar formas de lidar com a noção de práxis, cultura, agência e ação.

É sabido que categorias como *relação social*, *práxis social* e *estrutura social* também possuem um caráter metafórico. Mas tais metáforas simulam teoricamente como os atores do passado interpretaram si próprios e o seu meio social. Além disso, elas podem diferenciar interpretações de outras formas de ação e tratam como fenômenos complexos e entrelaçados os atores e as estruturas sociais dentro das quais os sujeitos históricos agem. Essa capacidade de diferenciar e o grande potencial construtivista fundamentam a superioridade do aparato categórico de uma teoria social orientada *praxiologicamente* diante da retórica textual, a qual, em última análise, tanto na teoria quanto na prática, absolutiza a linguagem, deixando de dar atenção ao contexto social que a emoldura. A história social encontra-se, assim, muito mais próxima à experiência. Tal proximidade confere suporte à sua premissa epistemológica de que existe uma realidade histórica para além do símbolo – realidade essa que, mesmo não podendo ser acessada diretamente, pode ser reconstruída por meio de propostas interpretativas plausíveis (WELSKOPP, 2011, p. 21).

Um panorama que adquire configuração e sentido a partir da perspectiva weberiana, a qual sugere sempre uma abordagem interpretativa dos fenômenos sociais em seu conjunto.

Contudo, o trabalho histórico permanece sendo necessariamente um ato

de construção seletiva, orientado por problemas colocados pelos próprios historiadores. Isso justifica, sim, a preterição de esferas da realidade histórica, nos casos em que tais setores possuam comprovadamente pouca relevância para o padrão de explicação almejado. A *ciência histórica da sociedade* pretende, além de explicar, apresentar projetos de síntese que sejam socialmente pertinentes. Dará importância a um determinado contexto, na medida em que tal contexto contribuir para uma explicação que seja a mais válida possível (WELSKOPP, 2011, p. 20).

Este quadro teórico permite, segundo o autor, abrir-se a discussão sobre a virada linguística e aos estudos da história cultural, sem render-se à noção de esgotamento da história social, como difundido pelas outras correntes. A micro-história, neste sentido, não poderia substituir os estudos da macro-história, uma vez que os conceitos particulares, específicos, não substituem os grandes conceitos operadores. Esta posição leva o autor a sugerir novos pressupostos para a ciência histórica da sociedade. Na interpretação do autor:

A história social deve defender argumentativamente a premissa de que existe um *there out there*, isto é, uma *realidade histórica*. Trata-se, em outras palavras, do argumento de que, ao lado de qualidades ligadas à comunicação e à produção de regras, a linguagem possui uma função referencial. Se os atores pensam que algo é a sua *realidade* e agem em conformidade com essa ideia, então tal *realidade* existe. Assim, por que a ciência histórica, que pretende explicar tal ação e decodificar as suas estruturas de sentido, deve desenvolver um conceito de ação distinto daquele que os próprios agentes tinham? [...] O que é imperativo aqui é uma nova e esclarecedora reflexão sobre o *status* da teoria na história social, uma delimitação precisa e atualizada da posição do pesquisador em relação ao seu objeto, bem como uma definição sobre o que é exatamente aquilo que apresentamos como sendo interpretações plausíveis de uma *realidade* histórica que já passou e que não pode ser trazida de volta (WELSKOPP, 2011, p. 21).

O contexto político social no qual emerge a discussão do autor parece balizar as suas pretensões de validade:

Em uma época marcada pelos mais sérios processos de reestruturação socioeconômica, que se desenrolam em escala mundial, a ciência da história não pode perder de vista a questão das estruturas centrais da sociedade moderna, nem pode, com a retirada completa para o nível do simbólico, pôr em risco o seu potencial de crítica social. A crítica social, e logo também a crítica ao capitalismo contemporâneo impõem-se como uma necessidade completamente atual. Uma *ciência histórica da sociedade*, ampliada pela introdução de temas culturais e pela absorção da teoria social, poderia desmascarar boa parte da pretensão de racionalidade da economia de mercado como um mito de autoconvencimento, por exemplo, ao analisar as relações sociais nas empresas ou ao investigar a sua interpretação contraditória de questões ambientais (SCRANTON; ROBERTSON; ALSTON *apud* WELSKOPP, 2011, p. 17).

Mas, as referidas condições de possibilidade para a ciência histórica da sociedade, parecem ter que se referir ao reconhecimento de que, contudo, o trabalho histórico permanece sendo necessariamente um ato de construção seletiva, orientado por problemas colocados pelos próprios historiadores. Isso justifica, sim, a preterição de esferas da realidade histórica, nos casos em que tais setores possuam comprovadamente pouca relevância para o padrão de explicação almejado. A *ciência histórica da sociedade* pretende, além de explicar, apresentar projetos de síntese que sejam socialmente pertinentes. Dará importância a um determinado contexto, na medida em que tal contexto contribuir para uma explicação que seja a mais válida possível (WELSKOPP, 2011).

Neste sentido, tanto Iggers (2010), quanto Welskopp (2011), parecem criticar o predomínio dos estudos culturais sobre a história social, e com isso, levantam dúvidas quanto ao significado da virada linguística e do paradigma pós-moderno na escrita da história, em substituir o paradigma moderno. Antes, preferem incorporar os pontos sugeridos pelo advento da pós-modernidade, para potencializar e repensar as ciências sociais e as ciências históricas da sociedade. Isto parece ter sentido, para preservar a noção de razão, em Iggers (2010) e, para preservar estudos socialmente pertinentes em Welskopp (2011). Noção que Loriga (2012) irá debater à luz do problema da subjetividade e da objetividade na produção do conhecimento histórico.

O eu do historiador: a relação subjetividade/objetividade na produção do conhecimento histórico

O estudo de Loriga (2012), professora da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, trata do problema da produção do conhecimento em História a partir da relação subjetividade/objetividade. Nesta perspectiva nos permite compreender, de um ponto de vista epistemológico e hermenêutico, o significado e as condições de possibilidade para pensar a escrita da história. Loriga (2012) descreve diferentes perspectivas para pensar o problema da subjetividade e da objetividade na produção do conhecimento histórico. Busca responder à questão da objetividade evidenciando uma perspectiva que ultrapassa o subjetivismo radical e o objetivismo puro. Com isso, acaba por apontar uma perspectiva de escrita da história que está para além do paradigma da consciência (modernidade), ou mesmo para além da perspectiva do paradigma da linguagem (pós-modernidade).

Mantendo-se nos quadros da modernidade, mesmo trazendo os estudos da hermenêutica de Paul Ricoeur, a autora tenta pensar saídas para o problema posto ao longo da modernidade às ciências históricas. Repousa nesta leitura uma desconfiança de que seja possível pensar a escrita da história, dentro de perspectivas que incorporam a virada linguística, conforme apontam as perspectivas pós-modernas, ou mesmo de se manter no quadro rígido da filosofia da consciência, típicas da modernidade. Isto significa manter presente as possibilidades de pensar a objetividade e o alcance das ciências sociais históricas, num momento em que o paradigma pós-moderno

tenderia a dissolver a própria ciência e a própria existência da história, e o próprio paradigma da modernidade estaria em questão.

De uma forma diferente de Iggers (2010), que situa várias correntes dentro de um quadro histórico, tentando identificar avanços e problemas, em termos políticos, teóricos e culturais, o estudo de Loriga (2012), resgata a problemática epistemológica a qual diz respeito às próprias condições de possibilidade do conhecimento histórico na contemporaneidade. Este aspecto para ela representa não uma negação do eu do historiador, ou mesmo de seu objeto de estudo, mas uma forma de relação em que a imaginação temporal do historiador frente ao passado permite fazer emergir os objetos com que se defronta. Tanto o sujeito, quanto o objeto do conhecimento adquirem valor e sentido, sendo pensados pela ótica da Narrativa, da Interpretação e da Temporalidade.

No estudo de Loriga (2012), quatro perspectivas para a história e para a compreensão do lugar do eu do historiador são delineadas. A autora parece se filiar à quarta perspectiva, manifesta no texto pela tematização desenvolvida por Ricoeur, a qual considera uma perspectiva sempre interpretativa da história, em que o eu do historiador torna-se um lugar de trabalho sobre os eventos/textos do passado, um lugar de imaginação temporal. A autora descreve as posições teóricas que enfatizam o eu do historiador como fonte/condição determinante do conhecimento histórico, comparando com as posições que enfatizam a postura de busca de um controle total do eu na produção do conhecimento histórico, enfatizando a força e a relevância dos fatos e dos objetos do passado. Na busca por colocar a questão em outro patamar, a autora tenta superar uma perspectiva do subjetivismo radical, que enfatiza a produção do conhecimento muito fortemente relacionada com a postura e as paixões do eu, independente da temporalidade, da mesma forma que busca superar uma perspectiva objetivista pura para a história, a qual concebe uma possível pertinência na anulação do eu, para a produção de uma verdade ligada aos fatos.

Há muito tempo, a questão do eu do historiador persegue os historiadores. Por um lado, ela está ligada ao problema do *pathos*. Qual é a distância correta em relação ao passado? O historiador deve cultivar uma atitude fria ou, ao contrário, deve procurar identificar-se ao passado? Afora isso, essa questão remete ao problema da relação entre a história e o presente. É possível separar-nos do presente para apreendermos o passado, na sua alteridade, ou estamos sempre projetando sobre o passado os nossos próprios fantasmas, interesses e preconceitos? Podemos pensar da mesma forma em que no passado? Tornar-nos contemporâneos dele? (LORIGA, 2012, p. 2).

A autora cita duas autores na primeira perspectiva histórica. Aparecem os nomes de Michelet e de Corbin. Na passagem a seguir evidencia-se esta presença de uma subjetividade radical na produção de nossa relação com o passado. Segundo Loriga (2012, p. 247):

Em resumo, a verdadeira história é uma potente química moral, 'na qual as minhas paixões individuais transformam-se em generalidades, na qual minhas generalidades tornam-se paixões, na qual meus povos transformam-se em mim;

na qual o meu eu volta a animar os povos' (MICHELET 2002, p. 172). A ambição de Michelet de voltar a animar os homens do passado retorna sem cessar. Recentemente, foi retomada por Alain Corbin, na medida em que ele espera 'trocar o trabalho dos tratores de hoje pela obra nos cemitérios de campo' (CORBIN 1998, p. 9).

Numa segunda configuração de perspectiva histórica a autora cita Ranke, como um historiador que enfatiza o trabalho do historiador como um trabalho que deve objetivar descrever os fatos, ou seja, buscar a verdade nua e crua da história. Esta parece uma posição em que certo objetivismo puro seria possível. A busca pelo controle das paixões contrasta com a primeira corrente que enfatiza a força das paixões na produção do conhecimento e na relação com o passado. Esta relação com o passado, em que o eu estivesse sobre controle, permitiria, segundo a pretensão de Ranke, de estabelecer um conhecimento seguro, estável e definitivo. O historiador deve cultivar a impessoalidade, a imparcialidade, evitando que o presente contamine o passado. Uma questão dos valores, de controle deste peso valorativo imposto na interpretação histórica, parece a luta de Ranke na produção de uma perspectiva para a história. Na leitura de Loriga (2012, p. 249):

Atribuiu-se à história a missão de julgar o passado e de informar o presente em benefício do futuro. Nosso ensaio não tem pretensões tão altas; deseja somente mostrar como o passado realmente ocorreu (*wie es eigentlich gewesen*)" (RANKE 1867-1890, t. 33, p. VII). [...] Essa frase, com frequência mal interpretada e citada sem que seja contextualizada, é muito complexa. O termo *eigentlich* pode ser traduzido como *efetivamente*, ou seja, permite o entendimento de que o historiador deve apenas descrever os fatos. Contudo, também pode ser traduzido por *essencialmente* ou *realmente*. Se esse for o caso, implica a compreensão de que o historiador deve apreender a realidade profunda, a qual é subjacente aos fatos. De qualquer maneira, Ranke está se opondo à ideia segundo a qual o historiador deveria incitar seu leitor a amar o bem (GILBERT 1990). [...] Eu gostaria de apagar, de alguma forma, o meu eu e deixar somente as coisas falarem e fazer aparecer as forças poderosas que, surgidas e intensificadas, dirigiram-se uma contra a outra em uma luta sangrenta e terrível, mas que traziam em si a solução dos problemas mais essenciais do mundo europeu (RANKE 2002, t. II, p. 3).

Conforme Loriga (2012), a posição conceitual de Ranke, também é destacada por Prochasson, o qual pontua a necessária morte da subjetividade na produção do conhecimento histórico.

Todavia, para que exista o conhecimento do passado, o historiador deve desaparecer, tornar-se neutro. Em resumo, como comentou, recentemente, Christophe Prochasson, o historiador republicano, quando se manifesta, é um especialista: não é jamais um autor: [sic] A profissionalização da história, no fim do século XIX, e o regime universitário que selaram o seu desenvolvimento correspondem a uma contenção do sujeito que discorre. O discurso do historiador é, doravante, o do distante, do ausente, talvez, o do morto (PROCHASSON *apud* LORIGA 2012, p. 251).

Numa terceira configuração da perspectiva da escrita em História, a autora evidencia na análise a respectiva resposta de outros estudiosos em relação à busca pela objetividade no campo da história. Destaca a posição de Pirenne, como uma postura que enfatiza certa relação com a história de forma narrativa, na qual o historiador está sempre contaminado pelas questões do seu tempo e, por isso, o ideal da objetividade pura, parece se tornar insustentável. Destaca a posição de outro historiador, Beard, o qual também pontua o quanto o próprio Ranke estava marcado por posições conservadoras ao apontar a escrita da história de forma objectual e factual, ou seja, isenta de valores. Na leitura de Beard e de Pirenne, a autora mostra que estes autores vivem sempre numa certa época e que a neutralidade ou ausência da subjetividade na produção narrativa na história não parece ser possível. Esta terceira perspectiva, porém parece apresentar limites quando acentua o caráter de prisão do historiador em seu próprio tempo. Loriga (2012) se interroga sobre como conhecer o passado se o historiador está prisioneiro de seu tempo. Neste sentido, questiona a virada linguística, a qual afoga o sujeito na temporalidade presente.

Por muito tempo, essa lógica de pertencimento temporal assegurou a posição de verdade do discurso do historiador: ela representou um meio para transformar a realidade viva, logo, movediça e instável do passado em um objeto fixo. Mas, sobretudo, no caso de Beard, ela termina por deslegitimar o trabalho do historiador. Poderíamos dizer que, ao invés de aprisionar o passado, ela aprisiona o historiador. É ele quem é prisioneiro do seu tempo – como pode ele escapar do presente para conhecer o passado? Nas últimas décadas, essa ideia foi retomada pelos partidários da virada linguística, o *Linguistic Turn*. Além de sublinhar os aspectos retóricos da escrita histórica, de definir a história como um gênero específico da ficção narrativa, de avaliar segundo os critérios da crítica literária, historiadores, sobretudo nos países anglo-saxões, sustentaram que, longe de remeter ao passado, a narração histórica é apenas uma projeção do pesquisador (LORIGA, 2012, p.252).

Esta terceira posição conceitual, que enfatiza a dimensão histórica da própria subjetividade do historiador evidencia a produção do conhecimento histórico pela dimensão narrativa. A Narrativa, a Temporalidade e a Subjetividade já emergem nesta corrente. Ela, aparentemente, conduziria à resolução do impasse do problema da subjetividade e da objetividade em História. No entanto, ao contrário do que possa se esperar, a virada linguística, ou mesmo a narração em história, como ponto de inflexão, longe de remeter ao passado, tornou-se apenas uma projeção do historiador. Em seu extremo, esta projeção parece ser impossível e logo a História desaparece.

“Como afirmou o historiador inglês Keith Jenkins, cada ato de compreensão é sempre uma construção, uma autorreferência – ‘is always ultimately self-referencing’ (JENKINS 1995, p. 83). E ele está sempre ‘posicionado’. O passado é concebido como um espelho capaz de refletir apenas os traços daquele que nele se olha, mas os traços daquele que se olha não têm nada de pessoal. O pesquisador não é nada além do produto de suas inscrições sociais: classe social, área cultural, gênero etc. Por seu lado, o historiador californiano Sande Cohen leva ao extremo a dimensão ideológica do discurso histórico e chega até a negar a possibilidade da interpretação, seja pelos historiadores, seja pelos leitores

(LORIGA, 2012, p. 7).

Esta leitura, ao mesmo tempo em que acentua a presença da subjetividade do historiador, e a contextualiza na história, parece dissolver esta subjetividade, tornando-a prisioneira de seu tempo, ou mesmo de sua classe social, cultura e gênero. Esta posição, portanto, típica da pós-modernidade, e da virada ontológica contemporânea, não abre possibilidades para pensar as possibilidades da História.

Vislumbrando apontar uma quarta posição na perspectiva historiográfica a autora sinaliza a retomada da questão central da investigação e tematiza a partir de outros autores este problema. Droysen é um primeiro estudioso apontado por Loriga (2012, p. 253), o qual se interroga se:

É possível evitar a alternativa entre objetivismo puro e subjetivismo radical? Ou, mais exatamente, entre um impossível objetivismo e um falso subjetivismo? Ao longo de todo o século XIX, os historiadores sublinharam a impossibilidade e mesmo o absurdo de se ter a intenção de apagar a dimensão subjetiva da pesquisa. É o caso de Johann Gustav Droysen, autor da *Histoire d'Alexandre le Grand* (1833) e da *Histoire de l'hellénisme* (1836-43). Na ocasião de seu curso sobre o método histórico (*Historik*), ministrado dezoito vezes entre 1857 e 1882, na presença de seus estudantes de Iena e de Berlim, explicou a sua discordância com Ranke e outros historiadores alemães partidários do método crítico. Ele lembrou que nós não podemos nem explicar nem mesmo atingir os fatos puros: 'o fato que nós denominamos batalha, congresso ou concílio, grande tratado de paz não é de forma alguma um fato, mas, antes, uma abstração pela qual a consideração humana resume uma quantidade de fatos' [...].

Nessa perspectiva, Droysen também afasta a ideia de pesquisa objetiva, na qual apenas vê uma banalidade que leva ao engano.

[...] só o que é desprovido de pensamento é efetivamente objetivo. A partir do momento em que o pensamento humano toca e envolve as coisas, elas deixam de ser objetivas. [...] Aqueles que veem, na tarefa suprema do historiador, o fato de não acrescentar nada de pessoal, mas de simplesmente dar a palavra aos fatos, não se dão conta de que os fatos não falam a não ser pela voz daqueles que os conceberam e os compreenderam (DROYSEN *apud* LORIGA, 2012, p. 254).

Além de Droysen, Loriga (2012) cita Meyer e Meineck, os quais parecem manter alguns elementos da posição anterior que considera que a subjetividade do historiador é temporal, opondo-se à posição de Ranke do objetivismo puro, ou mesmo de um subjetivismo radical. A posição anterior começara a esboçar uma reação ao subjetivismo radical ao situar o sujeito em sua temporalidade e vida social, mas afogara o sujeito na sua temporalidade e parece que tornara impossível o relacionamento com o passado. Neste esboço de outra relação entre subjetividade e objetividade a autora cita Tucídides e retoma a leitura de Meinecke, Meyer e Kracauer. Uma forma de relação mais complexa entre a subjetividade e a objetividade começam a emergir nesta

relação. A dimensão artística começa a ser implicada, ao mesmo tempo em que não se perdem ou desconsideram-se a busca por certa objetividade.

Tucídides foi um grande historiador, pois conferiu a sua obra uma dimensão objetiva graças aos recursos da arte subjetiva. Reconhecendo o papel da subjetividade e do presente, Meyer e Meinecke não acreditam que o vínculo com a atualidade é indissolúvel. Obviamente, o historiador tende a projetar as vicissitudes da atualidade, mas não é, inevitavelmente, um adepto fiel do seu tempo. Como dirá, anos depois, Siegfried Kracauer, a viagem ao passado 'não é apenas uma viagem de ida e de volta' (KRACAUER 2006): quando o historiador volta do passado, não é mais o mesmo, ele mudou suas possibilidades de pensar (LORIGA, 2012, p. 255).

Para enriquecer esta perspectiva a autora cita ainda Paul Ricoeur, evidenciando as várias objetividades possíveis, em função dos comportamentos metódicos. De outra parte a noção de objetividade, não está associada a um resultado ou mesmo a uma postura, mas a uma aspiração. A história produz a objetividade ao se fazer, e de outra parte o conhecimento histórico, ao buscar esta objetividade, reconhece sua incompletude e sua não coincidência com a história.

Parece-me que a reflexão de Paul Ricoeur permite-nos enriquecer, de maneira fundamental, essa quarta perspectiva. Já em 1952, ele amplia as noções de objetividade e de subjetividade. Ele nos diz que não existe uma objetividade única e unívoca: 'há tantos níveis de objetividade quanto comportamentos metódicos. Esperamos, pois, que a história acrescente uma nova província ao império variado da objetividade' (RICOEUR 1967, p. 23-24). Ora, a objetividade da história não é uma postura ou um resultado, mas uma aspiração. Isso conduz a dois elementos. Primeiramente, sua natureza mutante: 'A objetividade da história está ligada ao movimento: a história a faz ao se fazer' (RICOEUR 1967, p. 23-24). Em seguida, o reconhecimento dos seus limites: sempre incompleto, o conhecimento histórico fundamenta-se sobre a renúncia em coincidir com a realidade passada. [...] Ricoeur procura superar a oposição entre a história objetiva e a história subjetiva para sublinhar a importância de uma boa subjetividade: primeiramente, o historiador procura esclarecer os significados obscuros, em seguida, deve admitir um grau inevitável de controvérsia e dotar a interpretação de argumentos plausíveis, enfim, deve aceitar a existência de um fundo impenetrável e opaco (RICOEUR *apud* LORIGA, 2012, p. 256).

A autora se questiona sobre “como distinguir a boa subjetividade da má?” Segundo ela, o componente dialógico. A boa subjetividade “é marcada, essencialmente, pela sua abertura ao outro e ao inesperado”. A presença da subjetividade interpretante, permite ou mesmo possibilita um interesse sobre determinados valores dos homens de outrora, o que configura, a presença da subjetividade seja como vontade de saber, seja como vontade de explicar. Neste âmbito, a história:

[...] é movimentada tanto por uma vontade de conhecimento quanto por uma vontade de *explicação*. O historiador vai aos homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador

toma um relevo surpreendente é aquele no qual, para além de toda cronologia crítica, a história faz surgir os valores de vida dos homens de outrora. Essa evocação dos valores [...] não é possível sem que o historiador seja, vitalmente, 'interessado' nesses valores e tenha com ela uma afinidade profunda (RICOEUR *apud* LORIGA 2012, p. 257).

Na leitura de Ricoeur, feita pela autora, a possibilidade de encontrar a alteridade, ou seja, este outro não presente, se dá pela possibilidade da imaginação. “Ora, essa transferência para um outro presente, que valoriza o tipo de objetividade da história, é bem uma espécie de *imaginação*; uma *imaginação* temporal se desejarmos, já que um outro presente é re--apresentado, re-portado no fundo da ‘distância temporal’, - ‘outrora’ (RICOEUR 2000, p. 30 *apud* LORIGA, 2012, p. 11).

Considerações finais

Como vimos, a incorporação da hermenêutica de Ricoeur e das perspectivas de Droysen, Meinecke, Meyer e Kracauer, para pensar no problema do eu do historiador e da escrita da História, tornou a perspectiva de Loriga (2012) distante tanto da perspectiva clássica antiga (aristotélica), a qual foi retomada por Ranke no século XIX (em que o eu do historiador não existe), quanto da perspectiva clássica moderna (em que o eu subjetivo e radical é tudo na escrita da história), a qual foi apontada por Corbin no século XX.

De outra forma, a perspectiva da virada linguística, que orienta a virada para a pós-modernidade, e sugere a escrita da História como uma forma Narrativa e Temporal, a qual foi produzida por Beard e Pirenne no século XX, também parece ter incorrido nos mesmos problemas do paradigma moderno, ao ter tornado o sujeito prisioneiro de seu tempo. Isto sugere, uma retomada da perspectiva histórica dos gregos, anteriores à Aristóteles, e mesmo, de perspectivas recentes da hermenêutica de Ricoeur. Isso aponta e coloca o debate da escrita da história, mais para a dimensão do imaginário (LORIGA, 2012), do que para a dimensão da razão (IGGERS, 2010).

A escrita da história emerge assim marcada pelo pressuposto de uma perspectiva que pode operar entre a ciência (explicação lógica e objetiva dos eventos), e a arte (apreensão subjetiva e compreensiva dos acontecimentos e fenômenos históricos). Outrossim, parece prudente pensar que sem o uso da razão e da lógica dos modernos, fragilizam-se as possibilidades para pensar a escrita da história, como nos alertou Iggers (2010).

Ademais, a escrita da história contemporânea exige um posicionamento epistemológico e hermenêutico que não se calhe nem à rigidez do paradigma moderno, nem ao relativismo absoluto da pós-modernidade. A emergência de uma abordagem que integra razão e imaginação, objetividade e subjetividade, ciência e arte, revela a complexidade e a potência da historiografia atual. A busca por interpretações plausíveis, ancoradas em métodos rigorosos, mas abertas à pluralidade de experiências e narrativas, assinala para uma prática historiográfica comprometida

não apenas com o passado, mas também com os desafios éticos e sociais do tempo presente. Nesse sentido, pensar a escrita da história é também pensar as possibilidades de reconstrução crítica do mundo que habitamos.

Referências

- AMED, F. Das possibilidades do conhecimento histórico quando aproximado do ceticismo radical. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, 163-177, 2010.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- CHAUÍ, M. Filosofia Moderna. In: *Primeira filosofia: aspectos da história da filosofia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- FENSTERSEIFER, P. E. *A Educação Física na crise da modernidade*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.
- GOERGEN, P. *Pós-modernidade, ética e educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- IGGERS, G. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 4, 105-124, 2010.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- LORIGA, S. O eu do historiador. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 10, 247-259, 2012.
- OLIVEIRA, M. A. *Ética e racionalidade moderna*. 3. ed. São Paulo, Loyola, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C. *O que é filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ROIZ, D. S. O ofício de historiador: entre a “ciência histórica” e a “arte narrativa”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 4, 255-278, 2010.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- SILVA, F. L. *Descartes: a metafísica da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- SENNETT, R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.
- STEIN, E. *Epistemologia e crítica da modernidade*. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
- WELSKOPP, T. Limites e perspectivas da ciência social histórica. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 6, 14-41, 2011.